



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo

### ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Vereador Benedito José do Couto;  
Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos cinco dias do mês de agosto do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Vigésima Quarta Sessão Ordinária do Primeiro Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da relação da matéria, datada de 1º de agosto último. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Senhores Vereadores pela 1ª Secretária, nos termos do disposto no art. 109 da Resolução nº 276, de 9.11.2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o art. 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Senhores Vereadores: Benedito José do Couto (1), Professor Cinoê Duzo (2), Daniel Gasparini dos Santos (3), Daniela Dalben Mota (4), Dayane Amaro Costa (5), João Antônio Pires Gonçalves (6), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (7), Laércio Rocha Pires (8), Leonardo David Zaniboni (9), Luís Roberto Tavares (10), Professor Luiz Antônio Guarnieri (11), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no art. 106, parágrafo único, da citada Resolução, convidou o Vereador Professor Cinoê Duzo para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

providência, dando por iniciada a parte reservada ao "EXPEDIENTE", o Senhor Presidente submeteu à apreciação do plenário as atas da Vigésima Segunda e Vigésima Terceira Sessões Ordinárias, realizadas em 15.7.13, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, Presidente e 1º Secretário. Neste instante, o Senhor presidente, Vereador Benedito José do Couto, comunicou que, a partir de hoje, as sessões da Câmara seriam também interpretadas pela profissional de Libras Ângela Bezerra Suassuna. O serviço era inovador na cidade e de muita importância para os deficientes auditivos. Na sequência, o Senhor Presidente fez cumprir o disposto no Requerimento nº 442, da Márcia, aprovado em sessão do dia 24 de junho último, em comemoração ao Dia dos Pais, onde receberam homenagem os Senhores BENEDICTO ANTONIO FRANCO SILVEIRA, SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE, ROBERTO BRONZATTO, JÚLIO DE MELO GONÇALVES, JOÃO AMARO COSTA, MAXIMILIANO LEONELLO NETO, BENJAMIM QUINTINO DA SILVA, CLÁUDIO VITAL, CHRISTÓVÃO COLOÇO ZANIBONI, ANTONIO COSER, PAULO SÉRGIO CORREA PALOMINO (In memoriam), LUIZ ARLINDO DALBEN, GUILHERME DE PIERI, PEDRO IVO CALIOTE JUNIOR. Para tanto, a sessão foi suspensa às 18h40 e reaberta às 19h55, quando deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 88, do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, “dispondo sobre o tombamento do muro no entorno da quadra do Santíssimo Sacramento da Necrópole Municipal”; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). 2. Projeto de Lei nº 89, do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 50 e Ofício nº 50, ambos datados de 17.7.13, “dispondo sobre a denominação do CEMAAE - Centro Educacional Municipal de Apoio e Atendimento Especializado de Rachel Ramazini Mariotoni”; (ao exame das Comissões de Vias e Logradouros Públicos e de Justiça e Redação). 3. Projeto de Lei nº 91, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, “dando o nome de Attílio Mantovani à MMR -116, da zona rural”; (ao exame das Comissões de Vias e Logradouros Públicos e de Justiça e Redação). 4. Projeto de Lei nº 90, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“dando o nome de Kazume Setoguchi à MMR – 016, bairro Morro Vermelho”; (ao exame das Comissões de Vias e Logradouros Públicos e de Justiça e Redação). 5. Projeto de Lei nº 92, do Vereador Laércio Rocha Pires, “dando o nome da Marcelo Henrique de Oliveira à MMR – 258 , bairro Sobradinho”; (ao exame das Comissões de Vias e Logradouros Públicos e de Justiça e Redação). 6. Projeto de Lei nº 93, do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 52 e Ofício nº 52, ambos datados de 30.7.13, “dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 210.000,00”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 7. Projeto de Lei nº 94, do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 53 e Ofício nº 53, ambos datados de 30.7.13, “dispondo sobre a reestruturação do Comdema – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente”; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). 8. Projeto de Lei nº 95, do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 54 e Ofício nº 54, ambos datados de m 30.7.13, “instituído o programa de controle de emissão de fumaça preta oriunda de veículos automotores a óleo diesel”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 9. Projeto de Lei nº 96, do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 55 e Ofício nº 55, ambos datados de 30.7.13, “estabelecendo procedimento de controle ambiental para utilização, armazenamento ou transporte de produtos em subprodutos florestais de origem nativa, incluindo o carvão vegetal nativo”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação, de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento). 10. Projeto de Lei nº 97, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, “tornando obrigatório aos hospitais, postos e unidades de Saúde a afixação de listagem, em local visível, com os nomes dos profissionais em atividade regular ou plantão”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação, de Educação, Saúde e Assistência Social). Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nº 500, 503, 504, 505 e 506, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nogueira, “solicitando informações sobre licenças ambientais do condomínio industrial implementado às margens da SP-147, próximo à empresa Hammer; informação sobre onde estão lotados os engenheiros, técnicos de edificação e eletrotécnicos da Prefeitura; providências contra o proprietário-loteador do loteamento “Domênico Bianchi”, referente às despesas de galerias pluviais implementadas pelo Município; informação sobre para onde se destinaram as pedras portuguesas retiradas das calçadas, quando da confecção das rampas de acessibilidade; informação sobre a marca, modelo, ano e valor do aluguel mensal dos veículos locados pelo Município”; nº 501, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino e Outro, solicitando “informações acerca da regulamentação da lei nº 5.335/12”; nº 502, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando “informações sobre a situação cartorária dos campos de futebol do Mirante, Vila Dias, Santa Cruz e Tucura”; nº 507, do Vereador Professor Cinoê Duzo, “enviando minuta de projeto de implantação da Ronda Bike na cidade”; nº 508, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, “enviando minuta de projeto que autoriza concessão de isenção de ISSQN para a empresa Barão Comércio de Pneus e Transportes Rodoviários”; nº 509, 512, 513 e 515, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando “informações sobre a cesta básica dos funcionários públicos Municipais; informações sobre o Proger – Programa de Geração de Renda; informações a respeito do Consórcio Intermunicipal de Saúde ‘8 de abril’; informações sobre a aplicação do IPVA na cidade, relativamente a 50% do montante arrecadado”; nº 510 e 511, da Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando “informações sobre a Indicação nº 336, aprovada em 22 de abril último; minuta de projeto de lei sobre impressão no sistema *Braille* para as contas de telefone, energia elétrica e água; nº 514, 523, 524 e 525, da Vereadora Daniela Dalben Mota, solicitando “relação dos deficientes físicos cadastrados na municipalidade; informações a respeito do código de obras atualizado na cidade; encaminhando minuta de projeto referente à implantação de 30 horas para os profissionais de enfermagem; minuta de projeto de lei instituindo o programa de saúde do adolescente”; nº 516, 518, 519 e 521, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

solicitando “informações a respeito da ampliação da Fatec ‘Artur de Azevedo’; informações a respeito da Rodovia Nagib Chaib; informações sobre a contratação de cursos profissionalizantes; informações sobre o que levou a queda do Município juto ao IDHM”. **OBS:** O Requerimento “convocando a Senhora Andréia Abbiatti, da Secretaria da Educação para comparecer à Câmara dia 26 de agosto, às 18h30, para prestar informações a respeito da avaliação do IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal” foi pedido para discutir pela Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. Em seguida, foram aprovadas as seguintes **MOÇÕES:** nºs 111, do Vereador Laércio Rocha Pires, “de pesar pelo falecimento do Senhor José Donizete dos Santos (Bequeira); nº 112, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, “de congratulações e aplausos para a Emeb “Professora Regina Maria Tucci de Campos” (Dona Piquitu), pelo destaque na capa da revista Nova Escola, Editora Abril”; nº 113 e 116, da Vereadora Daniela Dalben Mota, “de congratulações e aplausos com Poliana Okimoto e Ricardo Cintra, pelas medalhas de ouro e prata no Mundial de Esportes Aquáticos de Barcelona; pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Cláudio Rodrigues de Moraes”; nº 114, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, “de congratulações com os organizadores do Programa Ecotorcedor Paulistão 2013, realizado no Estádio “Ícaro de Castro Mello”, Ibirapuera, SP; nº 115 e 117, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, “de congratulações com a dupla Mogiano & Mogianinho, pelo evento do Clube da Vila São José”; idem para o Sindicato Rural, Paróquia Santa Cruz, Cati e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural pela realização dos festejos do Dia do Agricultor”; nº 118 e 119, do Vereador Professor Cinoê Duzo, “de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Quirino Moretti; aplausos com a Diretoria do Hospital 22 de Outubro pela inauguração da UTI; nº 120, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, “de pesar pelo falecimento da Senhora Terezinha de Jesus Parra”. Na sequência, o Senhor Presidente deu por aprovadas, por deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Senhor Prefeito: nº 600, 606, 608, 609, 610 e 617, do Vereador Laércio Rocha Pires, indicando “construção de praça de lazer em



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

área verde do final da rua Vereador Daniel Manara, Parque da Imprensa; colocação de alambrado e preservação de área verde da avenida Alcindo Barbosa, ao lado do campo de futebol Santa Cruz; recapeamento e tapa-buracos na rua Antonio Pio Brito, Jardim Guaçu-Mirim; idem na rua Davina Franco de Campos Leite, Silvânia; sinalização de solo não cruzamento próximo ao Velório Municipal e o Supermercado Lavapés; revitalização da grama na Emeb “Regina Maria Tucci de Campos”; nº 601, 616, 620, 622 e 623, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, indicando “implantação de redutor de velocidade na rua Cornélio Pires, 152, Flamboyant; colocação de pedregulhos e passagem de motoniveladora na estrada Esmeralda; reparos no telhado da antiga escola Gabrielzinho, atual PSF Sudeste; operação tapa-buracos na rua Santo Agostinho, Aterrado; idem para a rua Alberto Ferreira Nobre”; nº 602, 611, 612, 613 e 624, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, indicando “a criação da Casa dos Conselhos Municipais na Estação Educação; emancipação do Distrito de Martim Francisco para Município; projeto para a abertura da Brinquedoteca Municipal ‘Eugênio Scomparim’ nos finais de semana; aquisição de uniformes escolares para a educação básica Municipal; recuperação do calçamento das ruas internas do Cemitério Municipal”; nº 603, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, indicando “parceria com o SEBRAE para a realização de cursos de capacitação profissional;”; nº 604, 605, 607, 618 e 621, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, indicando “adaptação de *trailer* para servir como centro de controle de zoonoses; divulgação da data de vacinação de animais contra a raiva, na campanha do segundo semestre; identificação por meio de *chip* dos animais vacinados na cidade, no segundo semestre; recapeamento asfáltico das ruas Benedito Rodrigues de Moraes, Paschoal Stábile, José Jacomelli, Antônio Rios e Júlio Salvatto, Jardim Brasília; construção de refeitório, vestiário e academia para a Guarda Municipal, bem como reforma dos banheiros e melhorias para a Secretaria de Segurança”; nº 614 e 615, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos “indicando a ampliação do horário de atendimento da UBS da Maria Beatriz para até 22 horas; revitalização do campo e quadra da Acojamba –



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Associação Comunitária do Jardim Maria Beatriz e Adjacências”; nº 619, do Vereador Professor Cinoê Duzo, indicando “recapeamento da rua Vereador Humberto Barros Franco, zona norte”; nº 626, 627 e 629, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, indicando “troca de lâmpadas do ginásio Wilson Fernandes de Barros, Tucurão; reforma dos vestiários dos campos de futebol da cidade; revitalização do centro esportivo ‘Ocílio Róttoli’ - Tucurinha”; nº 630, 631, do Vereador Luís Roberto Tavares, “operação tapa-buracos nas ruas do Jardim Sbeghen I; providências para o descarte ilegal de lixo na rua Antônio Davoli, Garcez”. A seguir, o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs 667, 678, 681, 683 a 692, 694 a 698, 700 a 710, 712 a 715, 717 a 719, 722 a 727, 728 a 759 a 766, 769 a 785, 787 a 789, 791, 794 a 797, 800 a 804, do Senhor Prefeito Municipal, datados de 16 a 31 de julho, respondendo às proposituras, como seque[m]: Requerimentos: nºs 372 e 318, do Vereador Professor Cinoê Duzo; nºs 347, 301 e 302, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros; nº 90, 46, 419 e 202, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; nº 75, 328, 448, 426 e 497, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni; nºs 125 e 197, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti; nº 188, do Vereador Benedito José do Couto; nº 346, 423, 452 e 453, do Vereador Luís Roberto Tavares; nº 344, 323, do Vereador Laércio Rocha Pires; nº 189, 310, 411, 462, 460 e 482, da Vereadora Dayane Amaro Costa; nº 397, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves; nº 365 e 416, da Vereadora Daniela Dalben Mota; nº 412, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nº 440, do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio; nº 450, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos; nº 462, do Vereador Waldemar Marcurio Filho; nº 469, do Vereador Laércio Rocha Pires. Indicações: nº 257, 287, 345, 347 e 598, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni; nºs 697, 411, 412, 400, 461, 500, 503, 535, 536, 558, 404 e 592, do Vereador Luís Roberto Tavares; nº 341, 344, 538 e 563, do Vereador Professor Cinoê Duzo; nº 351, 427, 491, 492 e 533, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti; nº 360, 428 e 524, do Vereador



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Waldemar Marcurio Filho; nº 422, 415, 438, 447, 485, 486, 529 e 550, do Vereador Laércio Rocha Pires; nº 188, 505, 506, 507 e 561, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nº 430, 450, 451 e 429, da Vereadora Daniela Dalben Mota; nº 440, do Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri; nº 204, 463, 464, 424, 425, 522, 421 e 549, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; nº 456, 457, 353 e 527, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos; nº 481, 40, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves; nº 517, 335, 419 e 571, da Vereadora Dayane Amaro Costa; nº 14, do Vereador Benedito José do Couto. Ofício nº 957, de 10.7.13, da Caixa Econômica Federal, “informando sobre a verba de R\$ 2.950,59 para a ampliação do SES Mogi Mirim”; (arquite-se). Ofício datado de 26.7.13, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, “pedindo apoio para o incremento do contingente daquele setor”; (à Comissão de Justiça e Redação). Ofício datado de 4.7.13, da Secretaria de Segurança Pública, “informando sobre o Requerimento nº 293/13”; (arquite-se, após dar ciência para o Vereador Luís Roberto Tavares). Ofício datado de 18.7.13, da Intervias Arteris “informando sobre polos geradores de tráfego veicular e pedestres”; (arquite-se). Comunicado do Ministério da Educação, datado de 13.7.13, “informando sobre a liberação de recursos do programa Quota”; (arquite-se). Telegramas do Ministério da Saúde, datados de 17 a 25.7.13, “informando sobre a liberação de recursos dos programas Nefrologia, Saúde da Família, Farmácia Popular, CEO, Samu, Agentes Comunitários de Saúde”; (arquivem-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para ser levados ao conhecimento do plenário, o Senhor Presidente, pelo parágrafo único do art. 108, facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos. O primeiro orador regularmente inscrito, Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, desistiu de falar. Em seguida, discursou a Vereadora Dayane Amaro Costa, a qual saudou os presentes e agradeceu a Mesa da Câmara por ter atendido ao seu pedido para que houvesse uma intérprete de Libras na Câmara, serviço implementado hoje. Em seguida, comentou sobre o encaminhamento da minuta de projeto de lei, onde ela propõe que a impressão das contas de água, luz,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

telefone e outros serviços fossem impresso em *Braille*, porque todos os cidadão mereciam autonomia para conhecer suas contas e poder honrá-las no pagamento, sem a ajuda de ninguém. Assim, disse que tomaria as providências para contatar todos os responsáveis pelos serviços e que julgava o serviço necessário. Ato contínuo, foi à tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que saudou os presentes e comentou sobre os jovens que vieram à sessão de Câmara encapuzados na noite de hoje. Disse ter lido cartaz com os dizeres “Não somos bandidos.”, mas, se assim não eram, não havia razão para estarem com os rostos cobertos no recinto da Câmara Municipal. Abordando outro assunto, disse que se sentiu aborrecido porque disseram que ele abusou da autoridade na Santa Casa. Explicou que foi ao local, a pedido de Rosana Aparecida Ribeiro e Outros, que estavam na Santa Casa desde as 15 horas e, às 18h30, cansados do empurra-empurra, pediram que ele, orador, interviesse. Desta forma, ele compareceu e perguntou como estava o fluxo de atendimento e soube que os três médicos haviam atendido mais de 360 pessoas e, fazendo rapidamente a conta de distribuição de tempo, constatou que cada paciente era atendido por seis minutos, não contabilizado o tempo de parada do médico para conversar, tomar café, etc. Diante disso, o Vereador Waldemar Marcurio Filho disse ter ido conversar com um dos médicos, na troca de escala, o médico que estava no plantão há 24 horas, manteve-se por mais de 12 horas, o que, para ela, era inconcebível, porque o profissional trabalhava com vidas. Então, ele resolveu conversar com a Chefe da Enfermagem, Patrícia, que lhe fechou as portas e não deu satisfação alguma, e, após 50 minutos de insistência, apareceu o Doutor Paulo Frasol, Chefe dos médicos e indagou-lhe sobre a escala e o excesso de horas de trabalho, entre outros pontos da escala de trabalho. Como a Santa Casa era subsidiada pela Prefeitura, ele, Vereador Waldemar Marcurio Filho, tinha todo o direito de fiscalizar aqueles trabalhos, e à imprensa cabia ouvir ambos os lados da história, antes de publicar a matéria. Comunicou que lavrou Boletim de Ocorrência contra aqueles responsáveis pelo nosocômio local e o seu intuito era moralizar os serviços da Saúde, porque soube que o Ministério Público estava investigado os trabalhos da Santa Casa. O Vereador



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Waldemar Marcurio Filho disse ter encaminhado minuta de projeto de lei para que fossem exibidas as escalas de médicos e enfermeiros em local visível, para que o povo soubesse quem iria atendê-los, porque a classe da Saúde sabia muito bem de seus direitos e obrigações, e seria ideal para a população que os profissionais da Saúde trabalhassem a contento e honrassem os horários de trabalho e demais atribuições, com lisura e boa vontade. Na sequência, falou a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, que saudou os presentes e citou sobre a notícia da contratação de empresa para fazer a UBS de Martim Francisco, porque a Prefeitura não dispunha de profissionais. No entanto, existiam esses servidores públicos e a Prefeitura não deveria gastar essa verba com empresa terceirizada, porque oneraria os cofres públicos desnecessariamente. Citou sobre os R\$ 78 mil para a pesquisa feita à população diante do Governo, pesquisa previsível por um ano – e ano vindouro é ano eleitoral – vale notar. Então, se o Prefeito gostaria de saber realmente o que o povo pensa, bastava acionar o programa do orçamento participativo. No tocante à tarifa de ônibus, o nível Federal abriu mão dos impostos e, na esfera Municipal, a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros enviou minuta de projeto de lei que gerava a economia de R\$ 17 mil ao mês, uma diferença a favor da população e para a Prefeitura Municipal. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira fez uma comparação com o primeiro semestre do ano passado, onde apurou que houve 15,18% de aumento na receita do orçamento Municipal e, complementando, citou que, no passado, o orçamento anual não chegava a esse montante. O Vereador Luís Roberto Tavares desistiu de falar. A seguir, discursou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, o qual saudou os presentes e citou que foi surpreendido por notícia do jornal ‘O Impacto’, citando que a Administração perdeu verba Federal e culpou o gestor antecessor. No entanto, a verba em questão foi conseguida através do Deputado Nelson Marquezelli em 2011, reivindicação antiga dos esportistas do bairro Santa Cruz, que há muito pedia reforma dos vestiários e a verba de R\$ 292.500,00 foi liberada pelo seu assessor Nelson Victal do Prado Júnior, que muito ajudou na conquista do montante. No início do ano, entrou em contato com a administração



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

atual e foi dito que estava sendo feita a licitação para a execução da obra, mas agora veio a notícia que a verba estava perdida, o que o aborrecia, e iria investigar quem havia trabalho mal e com desídia na questão. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio não admitia que o Vereador conseguisse a verba, que ficava depositada na Caixa Econômica Federal, e por desídia da Administração, a verba não era utilizada. Comunicou o orador que, diante do ocorrido, não sabia se valia a pena pedir mais verbas para Deputados, porque a Prefeitura de Mogi Mirim não conseguia viabilizar os projetos – por incompetência ou por desídia – e a verba acabava sendo inutilizada. No caso em tela, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio disse que iria investigar a fundo e responsabilizar o servidor público que não trabalhou devidamente. Em seguida, discursou o Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, que saudou os presentes, em especial o Senhor Mário Bruno, produtor rural, e a realização do Dia do Agricultor, com eventos na Paróquia Santa Cruz, Sindicato Rural, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, Conselho Comunitário e o Secretário Valdir Luiz Biazotto, porque o evento foi um sucesso. Em seguida, convidou os presentes para a Festa do Bom Jesus, no Bairro Gabrielzinho, com quermesse em prol da Paróquia Santa Cruz. Abordando outro assunto, o Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi comunicou o roubo de muitos tratores: cinco na cidade e sete em outros Municípios, causando prejuízo a muitos agricultores. Diante disso, solicitou ao Secretário da Segurança que investisse na ronda rural, porque os roubos de tratores eram sazonais e, quando aconteciam, havia roubos de muitas máquinas, de uma só vez, ocasionando prejuízo a todos. Assim, disse que era hora de investir na segurança rural e encerrou a sua participação. Na sequência, o Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri, que saudou os presentes e comunicou a palestra que será proferida pelo Doutor Paulo de Oliveira e Silva, no PSol, em sua sede, da rua Doutor José Alves. Em seguida, comunicou sobre a revitalização da rua XV de Novembro, em audiência pública ocorrida no último dia 22 de julho. Comunicou que os comerciantes divergiam e o assunto exigia cuidado. A Acimm – Associação Comercial e Industrial havia apresentado evento para discutir a dificuldade de vendas, o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

impacto de um *shopping center* nas imediações e promoções para otimizar vendas, ou seja, um conjunto de medidas e ações para que o dinheiro do cidadão mogimiriana girasse na cidade de Mogi Mirim. Mas isso ocorreria se houvesse um investimento pelos próprios comerciantes e a concorrência comercial estava cada vez mais acirrada. No tocante aos ambulantes, a discussão deveria ser mais abrangente e o pensamento conjunto é que resolveria o tema a contento. O Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri comentou sobre a verba perdida, assunto apresentado pelo orador que o antecedeu, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, e sentia-se decepcionado com a desídia. Sobre o resultado da pesquisa, ele disse ser inconcebível o gasto da Administração com a pesquisa de opinião pública, porque, se a Prefeitura estava com dívidas, não poderia gastar com supérfluos. Ato contínuo, falou o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, saudando os presentes e disse ao Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio que conseguisse mais verbas para a cidade, porque a Administração não iria perdê-las. Disse ter estado em São Paulo para conseguir verbas para a cidade, visto que o ano vindouro é eleitoral, e conversou com os Deputados Baleia Rossi e Caruso, para a reforma do Tucurinha, campo de futebol, bocha e de malha abandonado, mas gostaria de todo o empenho do Executivo para recepcionar a verba, sob a melhor técnica. Sobre o roubo de tratores, disse que pediu que fosse instituída a Patrulha Rural, e o ex-Prefeito não o atendeu. O pedido foi refeito na atual gestão, e semana passada houve a entrega de dez viaturas para a Guarda Municipal e, certamente, poderia haver maior empenho em prol dos ruralistas. Em seguida, parabenizou os responsáveis pelo Dia do Agricultor, e agradeceu o apoio das entidades envolvidas. A Vereadora Daniela Dalben Mota desistiu de falar e assumiu a tribuna o Vereador Professor Cinoê Duzo, que disse ter ficado feliz em saber que a secretaria do Meio ambiente realizaria o desassoreamento do lago Lavapés, e sua bandeira sempre foi pela manutenção daquele complexo, para o lazer dos mogimirianos. No tocante ao roubo de tratores da área rural, disse que, no dia da posse, citou que sem a agricultura, o País vai parar e deveria ser garantida aos agricultores a segurança nas vias de acesso para escoar seus produtos. Assim, questionou a postura do Prefeito, que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

preferiu contratar uma empresa por R\$ 70 mil para satisfazer o próprio ego, para saber o que o povo pensava dele – e repudiou a iniciativa. Com essa verba, poder-se-ia comprar duas viaturas equipadas para atender os agricultores. Para ele, a verdadeira opinião pública seria conhecida se o Prefeito saísse às ruas, mas este lhe havia dito que se isolou porque sofreu de ‘fobia social’ – conforme suas palavras. A seu ver, isso não convinha positivamente ao político que precisou do voto da população para se eleger. Por fim, agradeceu aos Vereadores que colaboravam com entidades, e que investiam na área rural com o seu trabalho, seu empenho e sua influência para ajudar a resolver os problemas da classe rural, e agradeceu especialmente o Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, pela festa do Dia do Agricultor, e para o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que colaborava com as entidades. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, que saudou os presentes e citou que fazia parte da Guarda Municipal, cujo salário chegava à beira do ridículo: R\$ 1.090,00. Então, fez requerimento solicitando a equiparação salarial e o Prefeito anuiu à necessidade e pedir a equiparação ainda para este ano. Continuando, disse que a maioria de suas proposituras se dirigia a pedidos voltados para a Guarda Municipal e ao Corpo de Bombeiros, envolvendo Deputados David Zaia e outros, de outros partidos, como o Deputado Chico Sardelli, do PV. Prosseguindo, disse que solicitou a reforma dos banheiros, do refeitório, dos vestiários e da academia para aquele departamento, porque as acomodações eram precárias; o Prefeito disse que iria destinar verba para tais obras. Posto isto, cumprimentou os Guarda Municipais presentes aos trabalhos e bem sabia que as coisas iriam melhorar para os guardas Municipais, Vigias e Corpo de Bombeiros, cujo efetivo estava defasado, porque apenas um Guarda Municipal - dos quarenta aprovados em concurso - havia sido chamado, e porque as viaturas novas estavam chegando e seria necessário pessoal para operá-las. Abordando outro assunto, pediu a reforma de um *trailer* abandonado, para ser usado pelo controle de zoonose e castração de animais, com a microchipagem, verba que conseguiu com o Deputado Feliciano. Assim, esperava ser atendido pelo Executivo Municipal. O



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Vereador Laércio Rocha Pires foi à tribuna para saudar os presentes e dizer que não era verdade o que a imprensa noticiou: que ele, Vereador Laércio Rocha Pires só usava da tribuna quando os manifestantes tinham ido embora do Legislativo. Tal notícia beirava ao ridículo, a seu ver, porque não tinha medo de gente e sempre estava ao dispor da população em seu Gabinete Móvel, apenas lembrando que os trabalhos da Casa eram feitos pela inscrição em livro próprio, por ordem cronológica, e só poderia discursar quando fosse a sua vez; se os manifestantes já não estavam mais na Casa, isso estava fora de sua alçada. Sobre a perda da verba do Deputado Nelson Marquezelli, ele foi informado que a área do campo da Santa Cruz era irregular e foi por este motivo que a verba foi perdida. No entanto, iria apurar a informação. Comunicou que conseguiu a verba de R\$ 50 mil do Deputado David Zaia para a Casa de santo Antônio, para uma Pick up, duas TVs LCD, uma máquina de lavar roupas e uma geladeira. Comunicou que o mesmo havia conseguido para a Casa Emanuel. O Deputado Arnaldo Jardim disponibilizou a verba de R\$ 500 mil para a UBS do Jardim Linda Chaib, e R\$ 200 mil do Deputado Roberto Freire, que vinham à cidade, diferentemente dos deputados de outros partidos. O Vereador Laércio Rocha Pires pediu ao seu colega de vereança, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio que não desistisse das verbas para a cidade e que o próximo trabalho seu seria pedir verbas a Irmandade da Santa casa de Misericórdia de Mogi Mirim. Lembrou que há três anos, esteve numa reunião com a Promotora Christiane Hillal, e moradores do Parque das Laranjeiras e Domênico Bianchi, porque não aguentava mais o jogo de empurra-empurra, e parabenizou o Prefeito Stupp pelo empenho para a regularização dos loteamentos citados, pelo empenho do Secretário Rogério. Sobre o que foi dito, sobre o fato de que o Prefeito está sofrendo de fobia social, não poderia concordar com isso, de forma nenhuma. Em seguida, a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros saudou os presentes e falou sobre a ampliação da Fatec, onde o PSDB foi com o Prefeito à Superintendência da Fatec e aguardava-se a licitação para a obra, pelo esforço imenso do Governo Estadual, em parceria com o Município. Disse ter ouvido a manifestação do Vereador



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi em defesa da segurança os agricultores e iria fazer contato com a Polícia Rodoviária amanhã, para atuar em conjunto com a PM e a Guarda Municipal, porque houve vítimas de roubo de caminhões e tratores no passado e tal parceria ocorreu, com sucesso. Outros assuntos ela poderia abordar, mas iria expor seu descontentamento com a administração do atual Presidente da Câmara, e gostaria de saber o significado da presença da Guarda Municipal, com a mão no revólver, direto para a galeria. Também gostaria de saber qual era o significado da compra de equipamentos de segurança para a Casa Legislativa, que, para ela, era a “Casa do Povo” e todos deveriam ter livre acesso. Assim, contestou a iniciativa do Presidente Vereador Benedito José do Couto. E conheceu o assunto pelos jornais, sendo que ele nunca reuniu os Vereadores para dar conhecimento dos projetos atuais da Casa. Citou que os Vereadores haviam sido eleitos pelo povo, e reconheceu que deveria haver mais respeito por parte de alguns manifestantes, mas a presença da Guarda Municipal, com mão na arma, direto para a assistência era demais e protestou contra toda a medida de segurança tomada pelo Presidente Vereador Benedito José do Couto. Em seguida, a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros disse que os manifestantes jovens gostavam de se manifestar e ela sabia que deveria abaixar o vidro para se dirigir ao povo, como havia dito o Papa. “Falta humildade ao Senhor, Presidente, porque não é desta forma que se administra uma Casa de Leis. Esta Casa é do povo.” – finalizou a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros. A seguir, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, solicitou ao Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento Interno, o Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador Benedito José do Couto, que saudou os senhores Vereadores e saudou os presentes, respondendo à Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, oradora que o antecedeu, dizendo a ela que estava equivocada, porque a Guarda Municipal sempre esteve presente na Casa durante os trabalhos, para dar segurança a todos os presentes; eles estavam em posições diferentes e punham a mão no revólver, como



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

costumavam comumente fazer, em seu trabalho. O Vereador Benedito José do Couto. Disse que a Mesa Diretora se reunia amiúde e tinha total autonomia para tomar decisões; quando fosse o caso, os demais Vereadores seriam comunicados, como no caso da reforma do prédio. O seu intuito era proporcionar segurança aos presentes e a estratégia era evitar que ocorresse algo pior na Casa. Para finalizar, disse que em todos os prédios públicos havia medidas de segurança próprios, e a Câmara de Mogi Mirim não dispunha de nenhuma norma, infelizmente, e as medidas estavam sendo cobradas desde a gestão passada. Assim, iria trabalhar para suprir o prédio das deficiências de segurança, e isso não iria impedir que os manifestassem continuassem em sua luta. Sobre a *pizza*, disse que ficou aborrecido com a afronta e o desrespeito, mas não tomou qualquer medida violenta ou acintosa contra aqueles agentes, porque a sua preocupação é com o ser humano e a segurança da vida. Quanto a ser tachado de falta de humildade, disse que não se mistura humildade com segurança e que iria continuar a trabalhar em prol da segurança da população, evitando que adentrassem ao recinto e aqui agissem com impropriedade. Salientou, por fim, que muitos outros projetos estavam em andamento. O Vereador Waldemar Marcurio Filho, como Líder, citou que a Guarda Municipal faz um bom trabalho, e ele fez um apontamento sobre a defasagem no contingente da Guarda Municipal e que tudo o que o Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino apresentasse em favor da Secretaria de Segurança. Porem, solicitou que uma equipe de doze guardas fossem atuar em Martim Francisco. Prosseguindo, citou sobre os manifestantes, e já discutiu com eles na Câmara e na rua, e eles tinham que expressar a sua opinião. Alguns jovens eram seus conhecidos, mas não deveriam usar máscaras ou cobrir o rosto. As reivindicações eram positivas, mas muitos só pensavam em furtar, roubar, danificar, pilhar e até matar. “Quem garante que entre os mascarados, não havia um elemento assim aqui? Eles estavam todos com máscaras! Os guardas Municipais fizeram a segurança da casa e não deviam receber críticas. Não vi nenhum Guarda se dirigir contra os manifestantes de forma errônea, eles só fizeram a obrigação deles. Sou a favor da prevenção. Toda a Corporação terá



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o meu apoio irrestrito e estou do lado do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino” – disse o Vereador Waldemar Marcurio Filho, finalizando a sua participação. O Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, como líder, foi à tribuna para esclarecer que o treinamento recebido pelos Guardas Municipais, em locais de aglomeração de pessoas, deve-se levar a mão ao coldre e posicionar a mão sobre a arma, protegendo a si e ao armamento. Justificou o Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino o motivo de eles estarem com a mão no coldre, sobre a arma: foi o treinamento policial recebido, trata-se de atribuição, de função, e o procedimento está corretíssimo. Em seguida, fez referência à árvore do Jardim Velho, que deveria ter sido cortada há anos, e acabou por ceifar a vida do ambulante, no mês passado, e completou: “O que vamos esperar? Que alguém dê um tiro em algum Vereador? Dê uma pedrada? Na Assembleia Legislativa, há toda uma identificação com digital e foto, para só depois entrar no recinto... questão de segurança. Conheço vários manifestantes, amigos, o Breno..., mas a porta está aberta e qualquer um pode entrar. Temos que investir em segurança.” A Vereadora Dayane Amaro Costa, como Líder, foi à tribuna para dizer que respeitava a opinião da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, mas a segurança é para todos: Vereadores, funcionários e munícipes e mostrou-se a favor das medidas a serem tomadas pela atual Mesa Diretora, da qual fazia parte. Como exemplo, citou as câmeras de segurança de ruas, local de passagem pelo povo e os Vereadores não estavam se blindando contra ninguém, mas as medidas serviam para que todos tivessem direito à segurança necessária. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 21h45, conforme o disposto no art. 105 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Senhores Vereadores, conforme o disposto no art. 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**ÚNICO: “ex-vi” do disposto no §1º, inciso I do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 53, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal “dando denominação a Estradas Rurais que especifica, juntamente com *emendas* da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Antes, porém, o Presidente seu ciência de Requerimento de 526/13, de autoria da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, na forma dos arts. 113, § 5º, II, 156, VI e 169 da Resolução nº 276, de 9 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), o adiamento da discussão e votação da matéria do Projeto de Lei nº 53/13, do Prefeito Municipal, constante da “Ordem do Dia”, por cinco dias. (Posto a votos, a Casa aprovou por unanimidade dos Vereadores o Requerimento nº 526/13; adie-se por 5 dias). **“ex-vi” do disposto no §1º, III, “d” , do Artigo 171 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Lei nº 59, de 2013, de autoria da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros “dando denominação à MMR-302, localizada no Bairro Morro Vermelho de MMR ALEXANDRE POLETTINI”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Antes, porém, o Presidente seu ciência de Requerimento de 527/13, de autoria da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, na forma dos arts. 113, § 5º, II, 156, VI e 169 da Resolução nº 276, de 9 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), o adiamento da discussão e votação da matéria do Projeto de Lei nº 59/13, da comissão de Denominação de Vias e Logradouros Públicos, constante da “Ordem do Dia”, por cinco dias. (Posto a votos, a Casa aprovou por unanimidade dos Vereadores o Requerimento nº 527/13; adie-se por 5 dias). **“ex-vi” do disposto no §2º, I do Artigo 171 do Regimento Interno:** 3. Moção de Repúdio nº 103/2013, de iniciativa do Vereador Luís Roberto Tavares “manifestando-se contrariamente ao ato do Prefeito de Santa Cruz do Arari, na Ilha do Marajó, Senhor Marcelo Pamplona (PT) pela caça e extermínio de cães”. Para discussão a pedido do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que a pediu porque não conhecia a causa, e Moção de repúdio devia ser votada com cuidado. Lembrou-se de outro fato, quando houve dúvida a respeito da pessoa envolvida em outra Moção aprovada pela Casa. No caso em tela, disse desconhecer o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

autor do ato, ou seja, o Prefeito da Ilha de Marajó, no Pará, e não se sabia ao certo o que havia acontecido. Assim, disse ser contra a matança de qualquer animal, porque todos tinham o direito à dignidade, mas ficava difícil de apoiar a proposição sobre algo ocorrido tão longe. Disse que poderia votar a favor, mas que teria maior cuidado em aprovar proposições do tipo. Para finalizar, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio concitou os nobres pares para terem maior cautela ao redigir proposições relativas à Moção. O Vereador Waldemar Marcurio Filho disse que era protetor dos animais, que criava vários em casa e que o Prefeito da Ilha de Marajó era “safado” – conforme suas palavras. “Se a pessoa não tem carinho por um ser vivo, teria amor por quem? Todo ser vivo tem que ser tratado com dignidade.” O autor da matéria, Vereador Luís Roberto Tavares, foi à tribuna para defender a sua matéria e solicitou o voto favorável de todos para o repúdio ao extermínio cruel dos animais, ocorrido na Ilha de Marajó, por ordem do Prefeito daquele local, e que a lei que garante o direito dos animais era válida para todo o Brasil. (Posto a votos, a Moção nº 103/13, do Vereador Luís Roberto Tavares foi aprovada por unanimidade; oficie-se, como pede). **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 4. Projeto de Lei nº 75, de 2013, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares “dispondo sobre o funcionamento de semáforos no período compreendido entre às 22h30 e 5 horas no Município de Mogi Mirim”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas. O autor da matéria explicou que o semáforo da rua Campo Grande servia como exemplo, porque ele próprio se sentia em perigo ao esperar o sinal abrir, nas altas horas da noite. Assim, solicitou que a medida fosse implantada na cidade, assim como ocorria em outros Municípios. (Posto a votos, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 75, de 2013, do Vereador Luís Roberto Tavares, em Primeiro Turno); (encaminhe-se à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para apreciação e votação em segundo turno). 5. Projeto de Lei nº 78, de 2013, de autoria da Vereadora Daniela Dalben Mota “instituinto a ‘Semana do Autista’ no calendário oficial do Município de Mogi Mirim e dando outras providências”. Pareceres



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social. (Posto a votos, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 78, de 2013, da Vereadora Daniela Dalben Mota, em Primeiro Turno); (encaminhe-se à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para apreciação e votação em segundo turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Senhor Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determina os arts. 114 e 115 da Resolução 276/10 (Regimento Interno vigente). A Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti foi à tribuna para dizer a respeito de suas Indicações, referentes aos uniformes escolares para as crianças, onde o Prefeito vetava todas as suas emendas ao orçamento, destinando verbas. Agora, o orçamento já contemplava tal gasto e a oradora fez questão de cobrar o feito. A respeito da Brinquedoteca, a sua proposta era abrir nos fins de semana, utilizando-se de monitores universitários como estagiários, sob a coordenação de comissionados, para deixar funcionando para todas as crianças da cidade. Um último tema que tratou foi referente à transformação do Distrito de Martim Francisco em Município, porque o local estava bem afastado da cidade de Mogi Mirim e sugeriu que fosse feito um plebiscito para tal finalidade, já com a apuração da renda e das condições próprias para se manter, já que iria crescer para os lados de Santo Antônio de Posse, e não para os lados de Mogi Mirim. Posto isto, encerrou a sua participação. Os Vereadores Administrador Leonardo David Zaniboni e Vereadora Dayane Amaro Costa desistiram de falar. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira foi à tribuna para esclarecer que fez representação junto ao Tribunal de Contas a respeito do reajuste anual aos Vereadores no primeiro ano de mandato e também o aumento em vez única para os funcionários da Câmara e em duas vezes para os servidores do Executivo. Disse ter consultado a Diretoria-Geral da Câmara, e as opiniões divergiam dos pareceres que possuía. Assim, por uma questão de prevenção, achou por bem consultar o Tribunal de Contas, lembrando que, à época do Presidente Milton Dante, houve uma ação e ele teve a obrigação de pagar o que ordenou a maior para os Vereadores; ele pagou, mas não recebeu o devido de todos os



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Vereadores, e ficou no prejuízo. Assim, a medida de prevenção servia para que o atual Presidente não tivesse que devolver dinheiro pago a mais para os Vereadores. Em seguida, comentou sobre a segurança da Casa e nenhum Vereador nada tinha contra o trabalho dos Guardas Municipais. Lembrou que o próprio Prefeito foi vítima de alguém armado com revólver, na saída da sessão. Mas o seu receio era afunilar demais a entrada da Câmara, em votações polêmicas e os Vereadores poderiam sofrer críticas de que os Guardas Municipais deveriam proteger a cidade, e não ficarem na Câmara, protegendo-os. O Vereador Waldemar Marcurio Filho foi à tribuna como Líder e respondeu pelos moradores de Martim Francisco, os quais gostariam que o Distrito fosse emancipado para Município. Porém, o espaço físico estava restrito da estação até na subestação com caixa d'água, o mercado do Valdir e a ponte, no final do asfalto. O crescimento do Distrito de Martim Francisco estava mais para o lado de Santo Antônio de Posse e o último senso registrou a população de algo em torno de 6 mil habitantes. Com relação à segurança, a Câmara consistia em patrimônio histórico tombado e estava corretíssimo protegê-la, na sua avaliação. Além do mais, disse não ter receio de ninguém e sentia-se feliz no exercício da vereança. A seguir, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, solicitou ao Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento Interno, o Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador Benedito José do Couto, que saudou os senhores Vereadores e se referiu à Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, que discursou sobre o assalto ao Prefeito Stupp, no ano retrasado, e, ao mesmo tempo, estava preocupada com a entrada, não tendo como saber qual era a opinião da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira. O Vereador Benedito José do Couto não via nenhum problema na implantação nas medidas de segurança e seu objetivo era trabalhar com as medidas preventivas, porque, depois que aconteceu a tragédia, não havia como lamentar. “Temos que evitar que aconteça uma tragédia, é assim que deve ser o pensamento das pessoas.” – instruiu o Vereador Benedito José do Couto. Prosseguindo, citou



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que a questão do aumento aos servidores e aos Vereadores, havia pareceres favoráveis e uma reunião com os auditores do Tribunal de Contas, que garantiram ser legal, justamente porque o subsídio dos Vereadores não sofreu aumento nenhum e permaneceu o mesmo da legislatura passada. O Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri foi à tribuna para a abertura da VI Conferência, realizando o projeto de plano plurianual para os próximos quatro anos. Disse não aceitar a presença de cidadão encapuzado na assistência da Câmara. “Mostre o rosto e diga o que quer!” – desafiou o Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri, pedindo à Diretoria e à Mesa Diretora que tomassem providências contra isso. No tocante ao Distrito de Martim Francisco, disse que não se podia ter ilusões de gerar municípios deficitários para a União, que só iria gerar despesa e dificuldade. Daqui a alguns anos, a estrada interna iria abrigar empresas e condomínios, sendo apenas uma questão de tempo. Quando à falta de segurança no Distrito, bastava apenas cobrar plataformas de campanha eleitoral, assim como a reforma da escola e a construção da UBS. Em seguida, o Vereador Laércio Rocha Pires foi à tribuna para parabenizar a atitude da Mesa e do Presidente em cuidar da segurança do prédio. Para ele, a oposição estava confortável e não está preocupada com a segurança, mas a Câmara é para a frequência do povo e não para baderneiros e bagunceiros. Havia lugares onde o cidadão poderia ser revistado e sua bolsa era vigiada. Então, o Legislativo deveria ter todas as medidas possíveis de segurança, porque a tática dos manifestantes de hoje foi esmagar naftalina no prédio, produto tóxico, cancerígeno, e os Vereadores foram pegos de ‘calça curta’. “O pessoal está confundindo democracia com libertinagem e bagunça. E o Vereador? Não pode ter segurança?” – questionou o Vereador Laércio Rocha Pires, narrando os problemas que teve com alguém armado e por comentários que fez, além de *posts* contra si na rede social. O Presidente Vereador Benedito José do Couto. Disse que desde a ocorrência policial com o então Vereador Stupp, já era cobrada a implantação de câmeras de segurança na Câmara. Como Líder, assumiu a tribuna o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni para dizer que hoje se comemorava o aniversário de sua colega de partido, a Vereadora Professora Márcia Róttoli de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Oliveira Masotti. Seguiu-se uma demorada salva de palmas e cumprimentos à Edil. O Senhor Presidente determinou fosse guardado um respeitoso minuto de silêncio pelo falecimento dos Senhores JOSÉ DONIZETE DOS SANTOS (BEQUEIRA), LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE MORAES e TEREZINHA DE JESUS PARRA”. Cumprida dita providência e nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h50 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A